



PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO CONTRATO N.º 714/2024.

ÓRGÃO INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE. MINUTA DO TERMO ADITIVO. PARECER FAVORÁVEL A LEGALIDADE DA MINUTA DO INSTRUMENTO.

1. RELATÓRIO

Veio para análise jurídica a minuta do 1º termo aditivo ao Contrato n.º 714/2024. O objeto do contrato é a aquisição de material de consumo: material de higiene e limpeza, material descartáveis, material de copa e cozinha e recarga de gás de cozinha, para suprir as necessidades da câmara municipal de Barcarena e seus anexos – CMB/PA. O termo aditivo visa o acréscimo de aproximadamente 25% da quantidade, perfazendo o valor do aditivo em R\$ 45.753,00 valor (quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais) do referido contrato, conforme se depreende no requerimento juntado no processo em exame.

Distribuído os autos regularmente, cabe-nos a manifestação quanto às formalidades e legalidade do referido instrumento.

É breve o relatório.

2. PARECER

Quanto à análise do presente Processo Administrativo, por se tratar de contratação de empresa para fornecimento de bens e materiais, com o objetivo de suprir as demandas existentes nesta Casa Legislativa, é atraída a incidência das normas gerais estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Primeiramente, cumpre destacar que os contratos licitatórios poderão ser alterados quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo do seu objeto, nos limites permitidos por lei:



Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

[...]

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Além disso, o art. 132 da Nova Lei de Licitações prevê que a formalização do termo aditivo é condição imprescindível para a execução, pelo contratado, de prestações determinadas pela Administração Pública no curso do contrato:

Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

No caso concreto, observamos que tais disposições foram plenamente observados, bem como o primado da indisponibilidade do interesse público para que o fornecimento de alimentos à Câmara não seja cessado, observando-se o fato de que a empresa permanece operando com os mesmos preços praticados à época da firma do Contrato.

Assim, uma vez que a Administração Pública observou a eficiência e a economicidade para concluir pelo aumento da quantidade licitada, princípios indispensáveis ao processo licitatório, não se identifica qualquer empecilho ao acréscimo.

Seguem as orientações desta Assessoria Jurídica para análises e considerações e posterior providências cabíveis.

3. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, à luz das disposições normativas pertinentes, em especial o disposto na Lei n.º 14.133/2021, hipótese em que configurando assim o interesse público e a preservação de seu patrimônio, manifesto-me, portanto, **favorável à legalidade** da Minuta do Instrumento do 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 714/2024, com vistas ao acréscimo de aproximadamente 25% da sua quantidade, perfazendo o valor do aditivo em R\$ 45.753,00 valor (quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais).



CÂMARA
MUNICIPAL DE BARCARENA
O Poder Legislativo a Serviço do Povo

WANDSON OLIVEIRA

CNPJ: 22.943.229/0001-00
RUA LAMEIRA BITTENCOURT, 688 - CENTRO
CEP: 68.445-000 - FONE: 91 3753-3102 / 3104
BARCARENA - PARA

É o parecer.

Belém/PA, 02 de setembro de 2024

MARCELO LIMA LAVAREDA DA GRAÇA
ASSESSORIA JURÍDICA